

MICROSCÓPIO

(Especial para o "Correio do Povo")

Interpela-me o sr. Artur Ferreira Filho sobre o que seja governo partidário; crente, como está de que todo governo é necessariamente partidário. Creter sido sempre muito claro respeito do que entendo por governo partidário, que melhor se diria faccioso: não é, evidentemente, o governo superiormente exercido por um partido, ou uma aliança de partidos, já que no jogo dos partidos se funda a democracia, mais sim — note bem o interpelante — o governo exercido em benefício de um partido, graças a nomeações que não consultam o interesse geral, favores que se dispensam a correligionários e se negam a adversários, arbitrariedades, vexações e violências de toda ordem. Se quiser um exemplo concreto, entre nós há poucos anos verificado, governo partidário é o que, em véspera de eleição, distribui amplamente e imoralmente os dinheiros públicos, para obter o apoio eleitoral de organizações influentes.

Descabida é, pois, a citação de Silveira Martins, que em sua vida pública tem numerosas provas de haver subordinado sempre o interesse partidário ao interesse comum, de haver sustentado adversários dignos contra a paixão dos seus próprios correligionários. E descabida é, ainda, a citação, que se referir o Tribuno a cargo de confiança, no tempo do Império muito mais numerosos que hoje: pois não tem cessado de ampliar-se a esfera do funcionalismo de carreira.

Mas, além de atirar-me contra Silveira Martins, pretende o comentarista invocar contra mim o meu próprio exemplo: Secretaria da Agricultura. Ainda aqui foi infeliz. O chefe de meu gabinete foi, como não poderia deixar de ser, pessoa de minha imediata confiança pessoal: o dr. Mem de Sá. Mas já o mesmo não sucedeu com o diretor geral, cargo igualmente de confiança do Secretário de Estado. Escolhi o dr. Ataliba Paz, não por ser então Libertador, mas por tratar-se de um técnico de respeito e prestígio. Minha não foi a indicação, senão dos agremios da Secretaria, que, desejosos de a ver transformada em repartição eficiente, me fizeram saber, por intermédio do dr. Labieno Jobim, quanto útil poderia ser a ação do prestígio professor da Escola de Agronomia de Pelotas. Eu não procurava um correligionário para a função, procurava um técnico e acaso foi que o técnico geralmente indicado calhava ser meu correligionário.

Outro exemplo. Recebo um dia, de Palacio, um expediente em que se determinava, sem nenhuma explicação, a demissão de um funcionario subalterno. Respondi imediatamente não me ser possível concordar com a dispensa de qualquer funcionario, sem motivo fundado, comprovado em inquérito regular. Veio logo a explicação: o funcionario que se dispensava era correligionário do peito do Governador e acabava de ser nomeado para um cargo melhor... Assim, diante de um ato que me pareceu arbitrário, não tratei, sequer, de averiguar a que partido pertencia a suposta vítima: impugnei-o simplesmente, pondo em cheque o meu posto.

Por tal forma fazia eu politica na administração.

RAUL PILLA

Porto Alegre, 10.III.1949.